



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br

CUT
BRASIL

CONTRAF

**SEJA
SÓCIO
VOCÊ
TAMBÉM**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

/SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 5242 – 13 janeiro de 2016

BB e Bradesco estão ávidos por lucros

O ano nem bem começou e o Banco do Brasil e o Bradesco já iniciaram a busca por novas frentes para garantirem mais lucros. Para as empresas, não bastam os ganhos de R\$ 11,8 bilhões do BB e R\$ 13,3 bilhões do Bradesco (somente de janeiro a setembro de 2015), com as agências, essas que permanecem desprezadas de investimentos e sem a mínima valorização dos funcionários.

O alvo das organizações desta vez é o mercado das credenciadoras de crédito, as famosas maquininhas. BB e Bradesco, que já controlam a Cielo, estão em negociação agora para a aquisição de 49% da Elavon, atualmente sob o comando do Citibank.

Os valores não foram divulgados, mas é fácil prever que vem mais lucro por aí. Só em dezembro, a Elavon capturou algo em torno de R\$ 2,3 milhões no mercado de cartões. Mais dinheiro para as empresas, mais descaso com o caos nas unidades.

Bancos públicos devem expandir crédito

Para recuperar o crescimento do Brasil, o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, deve anunciar, até fevereiro, medidas que incluem o uso de bancos públicos e do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) em linhas de crédito para construção civil e pequenas e médias empresas.

O governo deve utilizar recursos do Banco do Brasil, BNDES, Caixa e FGTS para aumentar crédito em atividades prioritárias, como habitação e saneamento. Segundo Barbosa, "nos bancos públicos e no FGTS há liquidez. Hoje o problema não é de oferta, é mais de demanda. Mas podemos melhorar o foco das nossas políticas de crédito direcionado para atender às demandas principais da economia, de setores que querem investir e não têm recursos".

A CAIXA é do POVO BRASILEIRO!

A Caixa Econômica Federal completou 155 anos nesta terça-feira, 12/01. O banco, criado em 1861 para receber depósitos de escravos em busca de alforria, pequenos comerciantes e brasileiros mais humildes, faz parte do dia a dia do país. E, sobretudo nos últimos dez anos, tem sido protagonista na execução de políticas públicas que foram responsáveis por dar um novo impulso ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O atual momento, porém, não é de comemoração. Mas, sim, de alerta e de reivindicação por novas posturas em relação à Caixa. As ameaças ao banco e ao seu histórico papel social, adormecidas desde o final da década de 1990, estão novamente à espreita. Naquela época, empregados e entidades como a Fenae impediram a privatização da empresa. No ano passado, mais uma vez, fizeram o governo recuar da proposta de abertura de capital da Caixa. É hora de lutar novamente!

Agora, um dos vilões é o PLS 555/2015, que representa um risco não apenas à manutenção da Caixa 100% pública, mas a outras estatais federais (como BNDES, Correios e Eletrobras), estaduais e municipais. O projeto está na pauta do Senado Federal e só não foi votado em 2015 graças à pressão feita por trabalhadores, centrais sindicais, confederações, federações, sindicatos e associações. É fundamental que essa estratégia seja intensificada. As empresas públicas são patrimônio dos brasileiros e não podem ser entregues a quem visa apenas o lucro.

Mas não basta lutar por um banco 100% público. É urgente que a Caixa seja novamente forte. Esse fortalecimento passa, necessariamente, pelo incremento do quadro funcional. O banco chegou a ter 101 mil empregados, mas hoje são menos de 98 mil, já que cerca de 3 mil saíram no ano passado por meio do Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA). Apesar de haver mais de 30 mil aprovados em concurso, a direção da empresa insiste em não convocá-los.

Benefícios do INSS foram reajustados

De acordo com portaria dos ministérios do Trabalho e Previdência Social e da Fazenda, publicada no dia 11/01, no Diário Oficial da União, os benefícios pagos pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) foram reajustados em 11,28%. O reajuste, válido a partir deste mês, é para benefícios superiores ao salário mínimo (R\$ 880,00). O teto do benefício do INSS foi estabelecido em R\$ 5.189,82. Em 2015, esse limite era R\$ 4.663,75.

As alíquotas de contribuição de segurados empregados, empregados domésticos e trabalhadores avulsos, também foram definidas pela portaria. Se o salário for de até R\$ 1.556,94, a alíquota de recolhimento ao INSS é 8%. Acima desse valor até R\$ 2.594,92, sobe para 9%. De R\$ 2.594,93 até R\$ 5.189,82, a contribuição é de 11%.

A portaria também define regras para benefícios concedidos a pescador, seringueiros, auxílio-reclusão e salário família.

